

Chuva de verão

30 AGO 1994

A melhor definição para o ambiente de tempestade trazido pela divulgação do IPC-r (Índice de Preços ao Consumidor real), de 5,4%, talvez seja a que o comparou às chuvas de verão: tão forte quanto breve. A analogia foi inspirada pela explicação de economistas que dão como certa a queda desse percentual de 5,4% para algo em torno de 1,5% na última semana de setembro. E que acham o índice das manchetes de hoje um registro intermediário entre a inflação projetada para a infância do Plano Real e aquela ainda contaminada pela transição da URV para a nova moeda. A URV, por essa imagem, seria o real em forma embrionária.

O professor Antônio Kandir, por exemplo, tem a mais absoluta convicção de que esse percentual não guarda sintonia com a realidade dos preços. Foi ele autor, há um mês, de sentença pela qual o Plano Real estaria seriamente comprometido caso a primeira inflação registrada fosse acima de 5%. É ele, de novo, quem fala hoje que a sentença continua válida, mas para uma inflação real. Esse índice de 5,4% resulta de uma comparação entre o comportamento dos preços dos últimos 60 dias, o que o contamina com o período imediatamente anterior à vigência da nova moeda.

Nessa linha de raciocínio, Kandir, refletindo a opinião de outros economistas, diz que a imagem das chuvas de verão é corretíssima, porque ainda em setembro essa distorção ficará visível aos olhos da população. Ele acredita, como o ministro Rubens Ricúpero, da Fazenda, que os preços, na verdade, caíram, embora essa afirmação pareça, no momento, surrealista. Para ele, o IPC-r atual ainda não faz jus à alteração da nomenclatura que ganhou o "r", ao final, para ajustar o velho Índice de Preços ao Consumidor à fase da moeda real.

Uma inflação real só será obtida quando se puder comparar o comportamento dos preços em dois períodos de vigência plena do real. Hoje essa comparação é feita entre um período em que os

preços sofriam os efeitos da adoção do programa (15/6 a 15/7) e outro, em que a estabilidade de preços é realidade ainda invisível (15/8 a 15/9). A comparação a fornecer a inflação verdadeira será a que vier a ser feita entre a variação de preços registrada no período entre 15 de agosto e 15 de setembro, comparada com aquela registrada entre 15 de julho a 15 de agosto.

Politicamente, no entanto, as chuvas de verão podem representar o passaporte do PT para o segundo turno, que parecia perdido no turbilhão de equívocos em que a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva havia se metido. Pelo menos, esse é o temor de parte da coordenação de campanha do candidato da aliança PSDB-PFL-

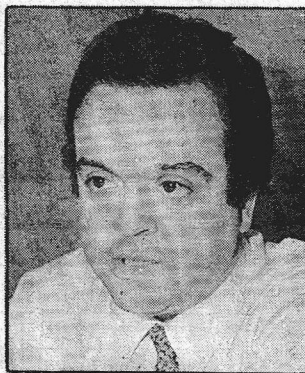
PTB, Fernando Henrique Cardoso.

O ex-presidente José Sarney, por exemplo, acha que a simples discussão em torno de um índice inflacionário desgasta a candidatura, porque a expectativa geral é a de que o plano praticamente zere a inflação. As tecnicidades não são do alcance da maioria dos mortais, ironiza ele. A tese do quanto pior, melhor, fundamenta a preocupação do ex-presidente, que aposta na leitura maliciosa do índice oficial pelos ad-

versários da candidatura FHC.

A reação do governo a esse índice não deve ser forte, como esperam alguns, se verdadeira a avaliação de Kandir, que coincide em gênero, número e grau com a do ministro Ricúpero: se a inflação real é outra, que se refletirá apenas em setembro, como tomar medidas drásticas de correção de rumos? Por isso, hoje, na TV, Ricúpero não deverá ir além daquilo que já andou anunciando: estímulo à caderneta de poupança, restrições aos crediários e apelo por consumo baixo.

O problema do governo e do candidato, Fernando Henrique, é político: conseguir em fins de setembro, a poucos dias da eleição, capitalizar politicamente uma inflação, aí sim, próxima do zero. E mostrar que os adversários comemoram o índice supostamente negativo.



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

Analogia foi inspirada pela explicação de economistas que dão como certa a queda dos 5,4%